

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
ATA DA 54ª REUNIÃO

4 Data: 09 de agosto de 2006.

5 Local: Centro de Convenções - Vila Velha - ES

6 PARTICIPANTES:

- 7 • Ministério do Meio Ambiente – SRH Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- 8 • Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br);
- 9 • Ministério dos Transportes – MT: ausente;
- 10 • Ministério da Saúde – MS: Sérgio Alves Ramos (sergio.amos@funasa.gov.br);
- 11 • Ministério das Cidades – MC: ausente;
- 12 • Ministério da Integração Nacional – MI: Maria Zita Timbó Araújo (maria.zita@dnocs.gov.br);
- 13 • Ministério da Defesa – MD: ausente;
- 14 • Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT: ausente;
- 15 • Ministério de Minas e Energia – MME: Ênio Bocorny (bocorny@mme.gov.br);
- 16 • Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: ausente;
- 17 • Setor Hidroviário – Terminais Portuários Privativos: ausente;
- 18 • Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sérgio Dias Canella (scanella@furnas.com.br);
- 19 • Comitês de Bacias Hidrográficas: Luiz Fernando Cybis (lfcybis@iph.ufrgs.br);
- 20 • Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Marco Aurélio Holanda de Castro (marco@ufc.br);
- 21 • Organizações Não Governamentais – ONG: Laura Jesus de Moura e Costa (laurajmc.ea@gmail.com).

22 CONVIDADOS:

- 23 • Adolpho Portela – IGAM/MG (adolpho.portela@igam.mg.gov.br);
- 24 • Adriano Panazzolo – CBH Taquarí-Antas/RS (adriano@encop.com);
- 25 • Aldo Carvalho Andrade – SRH/BA (aldo@srh.ba.gov.br);
- 26 • Andressa Bacchetti Pinto – IEMA/ES (apinto@iema.es.gov.br);
- 27 • André Luiz Rodrigues Pavão – UFES (andreluizrp@hotmail.com.br);
- 28 • Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – CBH Pardo (comitepardo@serhs.sp.gov.br);
- 29 • Célia Daniela Cláudio Assunção – CBH RMF (cdca_brito@yahoo.com.br);
- 30 • Célia Maria Brandão Fróes – IGAM/MG (celia.froes@igam.mg.gov.br);
- 31 • Cláudio de Almeida Conceição Filho – IEMA/ES (cconceicao@iema.es.gov.br);
- 32 • Cláudio Ramos Floriani Jr. - AESBE/CASAN (cfloriani@casan.com.br);
- 33 • Daniel Schmitz - Taquarí-Antas/RS daniels@viavm.com.br
- 34 • Danilo Lopes Marques da Silva (dlms@furnas.com.br);
- 35 • Eduardo Farias Topázio – SRH/BA (efarias@srh.ba.gov.br);
- 36 • Eliseu Itiro Ayabe – DAEE/SP (eayabe@sp.gov.br);
- 37 • Ênio Costa Hausen – CBH Taquarí-Antas/RS (ehausen@metroplan.rs.gov.br);
- 38 • Fábio Ahnert – IEMA/ES (grh@iema.es.gov.br)
- 39 • Fábio Márcio Bittencourt – COM10 (fabiobitten@yahoo.com.br);
- 40 • Flávia Pitanga Calil Salim – IEMA/ES (flaviasalim@hotmail.com);
- 41 • Gilney de Oliveira Vilarim – FURNAS (vilarim@furnas.com.br);
- 42 • Gustavo Adolfo Braga da Rosa – IEMA/ES (bragadarosa@yahoo.com.br);
- 43 • Ivo Luiz Ferreira Macina – IEMA/ES (imacina@iema.es.gov.br);
- 44 • João Clímaco Soares Mendonça Filho – FONASC CBH (climaco@uai.com.br);
- 45 • José Luiz Scroccaro – SUDERHSA/PR (josescroccaro@sudersa.pr.gov.br);
- 46 • Leila Celin Nascimento – IEMA/ES (leilacelin@hotmail.com);
- 47 • Leonardo Bissoli Sessa – IEMA/ES (leonardonews@ig.com.br);
- 48 • Luciano Meneses Cardoso da Silva – ANA (lmeneses@ana.gov.br)
- 49 • Luiz Alberto Palomares – ONG Água é Vida (palomares@infonet.com.br)
- 50 • Luiz Henrique Muniz de Aquino – CBH Stª. Mª. da Vitória (lh.aquino@uol.com.br);
- 51 • Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES (mdiniz@iema.es.gov.br);
- 52 • Marco Vinícius Castro Gonçalves – IEMA/ES (mgoncalvs@iema.es.gov.br);
- 53 • Marcos Antonio Correntino da Cunha – CBH Meia Ponte (marcoscorrentino@terra.com.br);
- 54 • Marcos Tony da Cruz Souza – SRH/BA (marcostony@srh.ba.gov.br);
- 55 • Martha Regina V. B. Sugai – COPEL/PR (martha.sugai@copel.com);
- 56 • Neila Margareth Cândido Rolim – DNOCS (neila.candido@dnocs.gov.br);

- 57 • Oneida Freire – MTur (segmentos@turismo.gov.br);
- 58 • Paulo Teodoro de Carvalho – IGAM/MG (dg@igam.mg.gov.br);
- 59 • Renato Crivelenti – CBH Pardo (comitepardo@serhs.sp.gov.br);
- 60 • Robson Monteiro dos Santos – IEMA/ES (rmsantos@iema.es.gov.br);
- 61 • Roque da Costa Nascimento – CBH Reconcavo Norte/BA (roquecosta@terra.com.br);
- 62 • Rosa Maria Mancini – CBH LN (cbhln@pratica.com.br);
- 63 • Sérgio Cardoso – CBH Gravataí/RS (sergio-cardoso@net.crea-rs.org.br);
- 64 • Tatiana Vieira Pereira – IEMA/ES (tatianavieirapereira@yahoo.com.br);
- 65 • Wagner de Oliveira Carvalho – FURNAS (wagner@furnas.com.br);
- 66 • Warlene Ferreira de Araújo – IEMA/ES (warlenera@yahoo.com.br).

67 RELATORIA:

- 68 • Aureliano Cesar Martins Silva (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br) SRH/MMA

69 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

70 **Item 1 – Abertura.** O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) iniciou os trabalhos da 54ª Reunião da CTAP às 09h25,
71 cumprimentou a todos e externou sua satisfação em realizar a 54ª reunião da CTAP como um dos temas do
72 VIII Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando um progresso na implementação e
73 internalização do SINGREH. Informou sobre os eventos ocorridos no período, tais como: a Assembléia dos
74 CERH's no dia 02 de agosto e a indicação dos seus representantes titulares e suplentes no plenário, bem
75 como os membros de câmaras técnicas, vindo a solucionar a paralização ocorrida e possibilitar o pleno
76 funcionamento do CNRH; anunciou o convite da Sra. Ingrid Illich Müller (OTEP) para realização da
77 próxima reunião da CTAP em Curitiba/PR, por ocasião do I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste
78 e, a próxima reunião do CNRH prevista para o dia 24 do corrente, tendo como um dos assuntos de pauta a
79 aprovação do CBH Piranhas-Açu. A seguir abriu a palavra aos presentes para seus informes iniciais. A Sra.
80 Laura Jesus de Moura e Costa (ONG) relatou sobre a luta do Vale do Ribeira (PR e SP) e o lançamento da
81 campanha para considerar o rio Ribeira patrimônio nacional – patrimônio da humanidade. Pediu o apoio de
82 todos os presentes e noticiou a aprovação da Moção de Repúdio à construção da UHE Tijuco Alto, pela I
83 Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, assim como o seu agendamento
84 para a Conferência Nacional a se realizar brevemente no município de Registro-SP, encaminhando-a com
85 seus anexos, à mesa. Não havendo mais informes, O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) passou para o **Item 2 -**
86 **Aprovação da Ata da 53ª reunião.** O Sr. Wagner de Oliveira Carvalho (FURNAS) solicitou alteração no
87 texto compreendido entre as linhas 230 e 251, conforme redação encaminhada à mesa. O Sr. Sérgio Dias
88 Canella (FURNAS), a pedido da Sra. Patrícia Silva (CHESF), solicitou correção da linha 196 até a linha 211 e
89 também entregou o texto à mesa. Não havendo mais manifestações, o Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) considerou a
90 ata da 53ª reunião da CTAP aprovada, com as alterações solicitadas e passou ao **Item 3 – Apresentações:**
91 **Crêterios para Definição do Conceito de Vazão Ecológica, Vazão Remanescente ou Vazão Mínima**
92 convidando o Sr. Gustavo Adolfo Braga da Rosa (IEMA), para apresentação intitulada Vazão Ecológica
93 no Espírito Santo. O Sr. Gustavo iniciou destacando a presença de técnicos de diversos setores do IEMA, em
94 face do interesse despertado pela discussão do assunto na CTAP. Informou que no Estado do ES são poucas
95 as oportuniades para essa discussão e tampouco encontram-se resultados e orientações de como agir.
96 Enfatizou os principais problemas no estado com destaque para as PCH's, pelo maior número de
97 licenciamentos e para a irrigação. Elencou várias unidades de PCH's, com suas respectivas características,
98 regulamentadas pela Resolução nº 652/03 da ANEEL e pela Resolução nº 001/86 do CONAMA. Informou
99 que as análises no estado fundamentam-se em conceitos e critérios adaptados de Paiva&Paiva. Apresentou o
100 estudo de caso da PCH Timbuí Seco em Santa Maria da Vitória e sustentou a impossibilidade de
101 universalização do assunto no Brasil, em respeito às peculiaridades regionais. Apresentou as seguintes
102 conclusões: não há no Estado do Espírito Santo legislação específica que regule a atividade de
103 barragens com fins de geração de energia elétrica; caso adotado o valor da vazão reduzida proposta pelo
104 decreto de barragens (Q_{7,10} ou a vazão mínima em período de seca), possivelmente seriam inviabilizados
105 economicamente todos os empreendimentos de PCH's do estado; o crescimento da atividade hidrelétrica
106 representa um grande impacto potencial aos principais rios do estado; são extremamente necessários estudos
107 que apresentem metodologias adequadas para determinação da vazão ecológica associada a
108 empreendimentos hidrelétricos no ES. O Sr. Marco Vinicius Gonçalves (IEMA) proferiu palestra sob o
109 título Abordagem Legal Relacionada à Vazão Mínima Residual em Cursos de Água de Domínio do Estado
110 apresentando o arcabouço legal institucional, os critérios adotados, os principais entraves e problemas
111 encontrados. Traçou um paralelo entre a gestão de recursos hídricos e de meio ambiente no estado tecendo

112 comentários à Lei nº 5818/98, à Resolução nº 005/05, do CERH e às Instruções Normativas nº 019/05,
 113 005/06, do IEMA, extraindo as observações a seguir: o critério utilizado não considera a demanda da biota
 114 aquática; as vazões de referência definidas pela I.N. 019/05 foram adotadas pelo fato de existirem estudos de
 115 regionalização que possibilitam o cálculo das mesmas em todo o Estado; vazão máxima outorgável foi
 116 definida (50% $Q_{referência}$) com base na experiência dos demais Estados; critério mais restritivo em função do
 117 desconhecimento das disponibilidades e demandas das bacias do Estado. Acrescentou que a definição desse
 118 tema deveria considerar a regionalização estadual e concluiu com as seguintes sugestões: aumento da
 119 densidade dos postos fluviométricos (melhor conhecimento do comportamento hidrológico das bacias);
 120 grupo de trabalho envolvendo gerências de recursos hídricos e controle ambiental para discussões a respeito
 121 do tema (integração entre outorga e licenciamento e consenso sobre conceitos de vazão ecológica); conhecer
 122 melhor as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudo de Vazão Ecológica (NEVE/UFES); busca de
 123 metodologias consolidadas para determinação da vazão ecológica. O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) abriu a
 124 fase de debate e esclarecimentos liberando a palavra aos presentes. O Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)
 125 disse que o tema é dos mais polêmicos para se discutir. Considerou a necessidade de se definir algo
 126 diferente, entretanto não via a possibilidade de universalização desse assunto para o Brasil. Preocupou-se
 127 com a forma como o tema fora apresentado, só para rios perenes, sem considerar o Nordeste com seus rios
 128 intermitentes, hoje artificialmente perenizados pelas barragens construídas. Como definição ou conceito, o
 129 foco das apresentações seria de difícil aplicação. A Sra. Maria Zita (DNOCS) parabenizou a iniciativa da
 130 CTAP de abordar um tema até então pouco debatido principalmente nas regiões hidrográficas com
 131 características diferentes. Relatou a existência de um problema, na ANA, por ocasião do marco regulatório
 132 do rio Piranhas-Açu e do Corema-Açu, cujos valores estabelecidos apresentariam distorções e o modo como
 133 foram definidos não estão suficientemente claros. Espera chegar a conclusão desse assunto. O Sr. Julio
 134 Thadeu (SRH/MMA) afirmou que a discussão desse tema cresce à cada reunião realizada porque trata-se de
 135 uma preocupação generalizada no mundo. Disse que agora com os novos parâmetros surgidos haveria mais
 136 um ponto a ser colocado na equação. Afirmou que com a evolução do tema na CTAP vem solidificando sua
 137 opinião de se definir um protocolo, porque a definição de uma única vazão seria impossível. Entende que os
 138 números poderiam ser fixados caso a caso, mas vê a necessidade de se definir procedimentos para os
 139 cálculos e não uma definição pura e simples. Talvez seja a fórmula possível a ser negociada entre os órgãos
 140 gestores. O Sr. Eduardo Topásio (SRH-BA) recomendou pensar cuidadosamente antes de se tomar uma
 141 decisão nesse assunto. O Sr. Joaquim Gondim (ANA) reportou-se ao início lembrando que a discussão
 142 abordava a Norma DNAEE nº 2, de 1984, que estabelecia *"estudos e a concepção do projeto básico, deve*
 143 *ser levado em consideração que a vazão remanescente no curso de água na jusante da represa não deve ser*
 144 *menor que 80% da vazão mínima média mensal, caracterizada com base nos dados históricos das vazões*
 145 *naturais dos últimos 10 anos. Os casos para os quais os critérios supramencionados não se aplicam e os*
 146 *reservatórios em cascata serão examinados pelo DNAEE"*, que vigorou até a sua revogação pela ANEEL.
 147 Disse que os estados, com esse parâmetro definiam as suas necessidades de análise, entretanto, diante das
 148 dificuldades encontradas determinavam um x% da vazão. Colocou a necessidade de existir uma norma
 149 default, com um detalhamento que poderia ser analisado. Disse que os estudos caso a caso tenderiam a se
 150 transformar em teses pouco aplicadas. Reafirmou a necessidade de um teto balizador para não transferir aos
 151 técnicos dos órgãos gestores a responsabilidades de emitir um parecer num curto espaço de tempo e sem
 152 condições para ir a campo. A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (ONG) afirmou que ao olharmos a bacia
 153 deveríamos considerar os afluentes, efluentes e as matas ciliares do rio, pela sua importância na
 154 determinação da vazão. Citou o vale do ribeirão impactado com plantações de pinus e eucalipto, o mau uso do
 155 solo e política agrícola inadequada, porque não se pensou a bacia como um todo. O Sr. Luiz Fernando Cybis
 156 (Comitês) afirmou que a Câmara Técnica e o CNRH deveriam produzir alguma orientação, porque trata-se
 157 de um problema premente nos estados e que as regras deveriam ser colocadas com cuidado e flexibilidade,
 158 possibilitando aos mesmos se adequarem. Sugeriu consolidar a discussão a fim de procurar um resultado
 159 concreto. O Sr. Danilo Lopes (FURNAS) considerou excelente a proposta de se estabelecer um protocolo e
 160 sugeriu a realização de um evento específico para a consolidação das idéias propostas. Encerradas as
 161 manifestações, o Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) seguiu um breve intervalo, em atendimento ao Programa do
 162 Fórum, para em seguida retornarmos às palestras restantes. A terceira palestra foi proferida pelo **Sr. José**
 163 **Luiz Scroccaro (SUDERHSA/PR)** que de forma semelhante demonstrou a experiência do órgão gestor de
 164 recursos hídricos do Estado do Paraná, destacando que foram emitidas 12.974 outorgas, desde 1989.
 165 Apresentou as portarias nº 04/89, 06/96, 20/99 da SUDERHSA e a Resolução 20/86 do CONAMA, como a
 166 base legal do estado. Disse que o conceito adotado no estado é de vazão de referência e que os limites foram

167 estabelecidos sem estudos, fundamentados apenas em conceitos gerais. Destacou o número de outorgas
168 emitidas e os maiores problemas encontrados, com destaque para a perfuração de poços que estariam
169 provocando interferência na vazão. Explicou a adoção de dois critérios, um mais retritivo – Q_{7,10} e outro de
170 maior disponibilidade hídrica – Q_{95%}, com a adoção do limite de 50% para tentar manter o equilíbrio.
171 Afirmou que ainda não existe um marco orientador (rumo), motivo pelo qual concorda com a intenção de se
172 definir um parâmetro mínimo e que cada comitê faça o seu detalhamento ou exigência junto ao órgão
173 licenciador. Relatou os estudos, projetos e planos, realizados e em andamento, nas bacias do estado, com
174 ênfase para a instalação de projeto piloto, com a utilização de equipamentos nacionais de monitoramento da
175 qualidade da água, cujos preços seriam mais acessíveis e a relação com os instrumentos outorga e
176 enquadramento tecendo comentários sobre cada um. Também concordou com a necessidade de definição
177 desse parâmetro como forma de não sobrecarregar o técnico, sempre preocupado com o Ministério Público.
178 A seguir, demonstrou as regiões hidrográficas do estado, as propostas de comitês e agências de bacia, a
179 distribuição da estrutura instucional de meio ambiente e de recursos hídricos. Concluiu agradecendo ao
180 convite para participação, parabenizou a CTAP pela coragem de abordar esse tema e colocou-se à disposição
181 para perguntas e esclarecimentos. O Sr. Marcos Correntino (CPRM) indagou se as outorgas emitidas seriam
182 para poços profundos ou para mini-poços rasos que retiram água do lençol freático prejudicando o rio na
183 seca. O Sr. José Luiz Scroccaro (SUDERHSA) respondeu que as outorgas são para os poços profundos,
184 porque os mini-poços não seriam outorgados devido à camada impermeabilizante e maior tempo de recarga
185 dos aquíferos. O Sr. Marcelo Diniz (IEMA) reforçou a afirmação de que os estados do Paraná e Espírito
186 Santo possuem situações semelhantes, solicitou esclarecimentos sobre a implantação do novo manual de
187 outorga concebido em 2002 e questionou quanto à pertinência de se levar esse assunto à CTPOAR. O Sr.
188 José Luiz Scroccaro (SUDERHSA) respondeu que o manual atualmente utilizado vem atendendo
189 satisfatoriamente às necessidades do Estado, sem criar interferências na articulação com os comitês, motivo
190 pelo qual estaria sendo preservado. O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) complementou que em relação às
191 câmaras técnicas devemos nos preocuparmos com suas atribuições, porque muitas estariam conhecidas por
192 um nome mais simples, como a Câmara do Plano e a de Outorga, que na verdade é a intergração de
193 procedimentos, ações de outorga e ações reguladoras, com a missão de propor diretrizes para integração de
194 procedimentos entre as instituições responsáveis por ações de outorgas e ações reguladoras ligadas a recursos
195 hídricos e meio ambiente, além das entidades do setor elétrico e de saneamento. Considerou pertinente a
196 ação conjunta entre a CTAP e a CTPOAR e enfatizou a visão da CTAP focalizada na aprovação de projetos
197 com disponibilidade de água, e que implicariam em outorga. A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)
198 solicitou esclarecimentos sobre relação entre vazão ecológica e outorga. O Sr. Julio Thadeu esclareceu que
199 atualmente a maioria das outorgas seriam emitidas com base na vazão de Q_{7,10}, tomada como referência para
200 a outorga e o que estaríamos procurando averiguar se esse cálculo incorporaria todos os aspectos ambientais
201 e ecológicos, dentro da nova visão dos recursos hídricos. A Sra. Laura concluiu que a questão da outorga
202 para poços, em Maringá/PR, seria mais uma preocupação a ser incorporada na discussão porque essa questão
203 dos aquíferos interfere na vazão dos rios, o que justifica a preocupação de um monitoramento no sentido de
204 se olhar a bacia como um todo. Sem mais manifestações, o Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) agradeceu e
205 parabenizou o Sr. José Luiz Scroccaro (SUDERHSA) pela apresentação e concedeu a palavra ao Sr.
206 **Luciano Meneses (ANA)**. Na quarta palestra, intitulada Vazão Ecológica - Implicações Legais e
207 Institucionais sobre a Outorga, o Sr. Luciano Meneses (ANA) agradeceu ao convite para a reunião, enfatizou
208 a preocupação demonstrada pelos órgãos gestores e disse que revendo as apresentações anteriores pode
209 identificar assuntos correlatos, que influenciam e são influenciados pelo sistema, o que o levaria a fazer
210 inicialmente uma contextualização geral, para o melhor entendimento da questão. Nessa abordagem sobre a
211 conceituação de água e recursos hídricos relacionou os diversos documentos legais existentes, o Código das
212 Águas, as Constituições Federais e constatou que a primeira referência à recursos hídricos teria aparecido na
213 Constituição de 1988, por cinco vezes, sempre com expressões associadas ao aproveitamento, exploração e
214 gerenciamento. Quanto à Lei nº 9433/97, emitiu seu entendimento sobre a intenção do legislador ao referir-
215 se sempre a recurso hídrico e em algumas situações à água, justificando o emprego dessas expressões e
216 demonstrando a diferença entre eles. Afirmou que o inciso III, At. 3º, da Lei nº 9433/97 determina a
217 integração da gestão de recursos hídricos com a de gestão ambiental, relacionou os caminhos a serem
218 seguidos para alcançarmos essa integração e teceu comentários sobre cada um. No primeiro, escalas de
219 trabalho, demonstrou que a área de recursos hídricos vê a bacia como unidade territorial de planejamento e
220 gestão, com a alocação quali-quantitativa dos recursos hídricos na bacia hidrográfica (dezenas, centenas e
221 milhares de quilômetros quadrados) e a avaliação da existência de conflito com outros usos antrópicos dos

recursos hídricos, enquanto a área ambiental focaliza o entorno do empreendimento com *zoom* nas proximidades do mesmo (análise mais abrangente e complementar) em relação à movimentação de terras, derrubada de matas, ocupação de APP, emissão de poluentes atmosféricos, ruído e padrões de efluentes. Demonstrou também que a área de recursos hídricos calcula a interferência quali-quantitativa no rio (considerando montante/jusante) ao passo que a área ambiental define o melhor posicionamento do ponto de lançamento (ajuste fino). No segundo, a articulação entre a outorga e o licenciamento ambiental, disse que a obtenção da outorga dá direito ao uso do recurso hídrico, mas não o direito de “ligar a bomba”, que, em outras palavras, significa fazer funcionar o empreendimento, que seria obtido com o licenciamento ambiental. Demonstrou as três situações existentes e as articulações possíveis entre os órgãos estaduais e federais de recursos hídricos e meio ambiente, apresentando graficamente, cada etapa dessa articulação. No terceiro caminho abordou o lançamento de efluentes, demonstrando o que cada sistema faz: o licenciamento autoriza o lançamento (baseado em padrões de efluentes), o ato físico de lançar e a outorga autoriza o uso dos recursos hídricos (respeito ao enquadramento), o direito de usar o recurso hídrico para diluição dos efluentes lançados, de acordo com os padrões e classes estabelecidos na legislação (vazão de diluição). Apresentou a situação na bacia do rio Paraíba do Sul e deduziu que a cobrança pelo lançamento de efluentes, incidindo sobre as vazões indisponíveis ou vazão de diluição, (quando isso vier a acontecer), induziria o usuário a tratar seus efluentes como forma de diminuir seus custos e unificaria quatro dos cinco instrumentos previstos na Lei: planejamento; outorga, cobrança e enquadramento. A seguir passou ao foco principal da apresentação, o consenso sobre vazões ecológicas, que não seria somente quantidade, mas qualidade e sazonalidade também. Elencou as várias metodologias existentes, algumas já apresentadas em reuniões anteriores da CTAP e ressaltou o que tem ocorrido na prática: vazões ecológicas tem sido definidas pelos critérios de outorga, sem base científica ou ambiental, fundamentadas apenas vazões de referência, que são estatísticas de vazões observadas, às quais se aplicam percentuais limitadores. Conceituou tecnicamente o termo vazão de referência, sob o aspecto de recursos hídricos e de meio ambiente, discriminando os aspectos qualitativo e quantitativo. Afirmou que essa prática resultou numa infinidade de critérios, de acordo com as necessidades, interesses e características de cada estado, que estariam legal por serem estabelecidas por legislação própria, mas não seriam corretas. Extraiu partes da apresentação “Em Busca do Hidrograma Ecológico”, do Prof. Walter Collischonn (IPH/RS) realizada anteriormente, para explicar o que falta nessa intergração dos sistemas em atendimento a esses aspectos e demonstrar como buscar os caminhos por meio de pesquisas e estudos. Escalreceu que a Resolução CONAMA n. 357/05 adota a vazão de referência para aferir o enquadramento qualitativo, enquanto os critérios de outorga adotam a vazão de referência para garantir o atendimento aos usos antrópicos. No encaminhamento final da palestra fez as seguintes observações. Os critérios de outorga devem, simultaneamente, dar boa garantia aos usuários antrópicos dos recursos hídricos (quantidade) e atender ao enquadramento, notadamente nas outorgas para diluição de efluentes. Para isso poderia ser utilizada a vazão ecológica, sem negligenciar as vazões mínimas e máximas definidas como vazões ecológicas (quantidade). Consumos outorgados e operação de reservatórios interferem nas vazões ecológicas mínimas (cheias) e máximas (estiagem). Considerou as seguintes questões a serem resolvidas. De quem seria a atribuição legal para definir as vazões ecológicas? Da área de recursos hídricos ou da área ambiental? Ou ambas? Caberia à área de recursos hídricos, por meio da outorga, definir, em última instância, esses valores, ainda que baseados em métodos científicos para determinação de vazões ecológicas? Caberia à área de recursos hídricos o estabelecimento de vazões mínimas suficientes apenas para atendimento dos múltiplos usos dos recursos hídricos (irrigação, saneamento, navegação, indústria, diluição de efluentes)? Diante dessas questões, apresentou três alternativas de entendimento que precisam ser analisadas: a área de recursos hídricos não possui responsabilidade sobre o assunto; a área de recursos hídricos possui exclusiva responsabilidade sobre o assunto ou, a área de recursos hídricos possui responsabilidade compartilhada com a área ambiental sobre o assunto. Sugeriu a participação da área ambiental nos planos de recursos hídricos (nacional, estaduais e de bacias), bem como o auxílio na definição das “vazões ecológicas”. Perguntou: “O que fazer?” Seguir adiante com essa visão artificial e econômica distinguindo o indistinguível? Entender que a PNRH é uma política secundária (não é “Lei das Águas”, mas de Recursos Hídricos)? Reunir em uma única postura estatal, em um único comportamento social, todas as responsabilidades sobre as águas (ambiental, social, econômica, ética)? Reunir as legislações e tratar água como elemento único, indivisível, dotado de muitos valores, não apenas o econômico? Extinguir a expressão “recursos hídricos” da legislação substituindo-a por “água”? Fez as seguintes afirmações: a Lei 9.433/97 é antropocêntrica e utilitarista, voltada aos interesses econômicos da sociedade, em que os “recursos hídricos” e não as “águas” são gerenciados; a Lei reconhece que a gestão de recursos hídricos e a gestão ambiental

277 pertencem a áreas distintas e devem passar por um processo de integração; tal integração requer adaptações
278 nas duas legislações sobre os aspectos mencionados. Concluiu projetando graficamente a evolução distinta
279 das políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, a partir de 1981, com a sua expectativa de que até
280 2015 ocorra a integração, proporcionando a interface que traria à tona o tema *água*, atualmente com pouco
281 espaço na Política Nacional de Recursos Hídricos. Agradeceu ao convite e colocou-se à disposição para
282 esclarecimentos. O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) disse que o termo recursos hídricos possuía, no passado,
283 uma visão forte de engenharia, que atualmente começa a incorporar o conceito ecológico sugerido por vários
284 estudiosos do assunto e abriu a palavra para as ponderações. A Sra. Maria Zita (MI) parabenizou o
285 apresentador, especialmente pelas analogias e comparações entre água e recursos hídricos e externou sua
286 preocupação em relação instrumento enquadramento no Estado do Ceará, que por ser anterior À Lei 9433/97,
287 classificou tudo como “classe 2”, pela falta de especificidade e atenção às peculiaridades locais que
288 precisariam ser vistas de forma diferenciada. O Sr. Ênio Bocorny (MME) ratificou a congratulação ao
289 palestrante pela riqueza dos detalhes que vieram a esclarecer muitos aspectos. Entretanto, referiu-se à seca na
290 Região Sul, ao Operador Nacional do Sistema-ONS, ao arcabouço legal e questionou que atualmente para
291 atendimento aos parâmetros ambientais e ecológicos seria necessário um realizar um *blackout* na região, em
292 detrimento às necessidades da população. O Sr. Luciano Meneses (ANA) respondeu que em casos de escassez
293 a lei prioriza o abastecimento humano e dessedentação animal, que as outorgas são emitidas para situações
294 de normalidade e que em casos extremos haveria a necessidade de determinar, por decreto, outros
295 parâmetros, como o racionamento. O Sr. Adriano Panazzolo (CBH Taquari-Antas) lembrou que os
296 personagens citados nas apresentações estão todos na bacia. Disse que o processo de licenciamento
297 ambiental examina e aprova projetos caso a caso, sem perceber que juntos esses projetos implicam em
298 interferência na vazão. Citou como exemplo a bacia do comitê com 57 projetos, alguns necessitando de
299 estudos simplificados, outros de EIA/RIMA e 17 considerados inviáveis. Sra. Laura Jesus de Moura e Costa
300 (ONG) cumprimentou o Sr. Luciano Meneses (ANA) e aproveitou o ensejo para convidá-lo a proferir essa
301 palestra por ocasião do evento a ser realizado em novembro próximo, em Curitiba/PR. Reforçou as
302 preocupações já colocadas anteriormente relativas à visão integrada da bacia, da gestão ambiental e de
303 recursos hídricos, com as políticas agrícola, energética, urbana, saúde e educação. O Sr. Paulo Teodoro de
304 Carvalho (IGAM/MG) observou que a apresentação levantou questões para reflexão, como a falta de
305 embasamento científico para que a tomada de decisão não venha a criar problemas aos comitês de bacias,
306 que seria induzir ao suicídio, porque só o critério de técnico não seria suficiente para essa decisão. A Sra.
307 Martha Sugai (COPEL) discordou de algumas conclusões do palestrante e afirmou que a Constituição
308 Federal aborda ambos sistemas e recomenda a sua articulação. Disse que o problema estaria na dificuldade
309 para se encontrar o caminho, sendo uma questão mais de articulação do que integração. O Sr. Cláudio Ramos
310 Floriani (AESBE/CASAN) sugeriu que a discussão fosse estendida às demais câmaras técnicas do CNRH e
311 citou como exemplo a CTGRHT onde esse assunto já teria surgido. O Sr. Luiz Fernando Cybis (Comitês)
312 cumprimentou o palestrante e observou que a universalização desse tema seria utópica, mas considerou
313 premente a necessidade de se estabelecer um caminho a ser percorrido para a partir de uma síntese definir
314 uma regra básica para nortear o início desse trabalho. Na oportunidade, ofereceu as instalações do
315 IPH/UFRGS para sediar o *workshopping* de grande interesse para a organização. O Sr. Eduardo Topázio
316 (SRH/BA) destacou que como gestor público tem que seguir a legislação e que a idéia do *workshopping*
317 deveria evoluir. O Sr. João Clímaco (ONG) ressaltou o caráter de lei que pela abordagem apresentada criaria
318 a expectativa de garantia do direito ao acesso à água para toda a sociedade, não percebido pelos
319 apresentadores na abordagem dessa matéria. Solicitou esforço de todos para essa visão como forma de
320 garantia dos direitos da sociedade. O Sr. André Luiz Pavão (UFES/ES) elogiou o apresentador e sugeriu que
321 os inúmeros estudos elaborados pelos universitários poderiam ser considerados para uma aproximação à
322 questão ideal. O Sr. Luciano Meneses (ANA) agradeceu a todos pelo reconhecimento ao trabalho
323 apresentado, respondeu às questões levantadas e comprometeu-se a conciliar a agenda para atendimento aos
324 convites para participação nos eventos. **Item 4 – Estratégia para a continuidade da discussão do tema**
325 ***Vazão Ecológica, Vazão Remanescente ou Vazão Mínima*** o Sr. Julio Thadeu informou que após a série de
326 apresentações haveria a intenção de promover um evento maior, seminário ou *workshopping*, cuja
327 programação seria apresentada oportunamente, para discutir um documento base contendo a consolidação
328 das experiências demonstradas nas palestras e se possível uma proposta a ser encaminhada ao Plenário do
329 CNRH. **Item 5** – a discussão sobre a Proposta de Resolução para a Integração entre os Comitês Gestores dos
330 Parques Aquícolas e os Comitês de Bacias Hidrográficas – SEAP ficou prejudicada pela impossibilidade de
331 comparecimento dos representantes da SEAP e foi postergada para a próxima reunião. **Itens 6 e 7** –

332 Encerramento. Nada mais havendo a tratar o Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) agradeceu a participação de
 333 todos e encerrou a 54ª reunião da CTAP às 13h15.

334 **RESUMO DA REUNIÃO:**

335 - Aprovação da Ata da 53ª reunião com alterações;

336 - Apresentação e discussão: Sr. Gustavo Adolfo Braga da Rosa (IEMA/ES) – Vazão Ecológica no Espírito
 337 Santo;

338 - Apresentação e discussão: Sr. Marco Vinicius Gonçalves (IEMA/ES) – Abordagem Legal Relacionada à
 339 Vazão Mínima Residual em Cursos de Água de Domínio do Estado;

340 - Apresentação e discussão: Sr. José Luiz Scroccaro (SUDERHSA/PR) – Critérios para Definição do
 341 Conceito de Vazão Ecológica;

342 - Apresentação e discussão: Sr. Luciano Meneses Cardoso da Silva (ANA) – Vazão Ecológica – Implicações
 343 Legais e Institucionais sobre a Outorga;

344 – Proposta de Moção sobre a Integração entre os Comitês Gestores dos Parques Aquícolas e os Comitês
 345 de Bacias Hidrográficas – SEAP – transferida para a próxima reunião;

346 **ATA APROVADA, NA 55ª REUNIÃO, DE 21/09/2006**

347

348

349 **Julio Thadeu Silva Kettelhut**

350 **Presidente da CTAP**

351

352

353 **Aureliano Cesar Martins Silva**

354 **Relator**